

Venezuela se encaminha para o calote

Consultorias estimam que risco de um default na dívida pelo governo de Nicolás Maduro é de 87% para os próximos cinco anos

Luiz Raatz

Quando vai acabar o dinheiro? A pergunta que intriga todos os economistas e líderes políticos na Venezuela foi feita pela última vez em abril, quando venceu uma parcela de US\$ 3 bilhões da dívida da PDVSA – a estatal do petróleo. Desde que assumiu o poder, em 2013, o presidente Nicolás Maduro tem se esforçado para evitar o calote tanto na dívida pública do governo quanto na da PDVSA. A margem de manobra, no entanto, tem caído em razão da queda do preço do petróleo e da produtividade da estatal.

Consultorias de investimento calculam o risco de default no próximo vencimento da dívida da PDVSA em outubro e novembro, estimado em US\$ 3,5 bilhões, em 43%. Nos próximos cinco anos, a probabilidade de que o país não honre seus compromissos é de 87%. O cenário é preocupante porque enquanto a dívida aumenta escasseiam as alternativas do chavismo para honrar os compromissos.

“Há um risco grande de default, mas há a vontade do governo de cumprir os compromissos e evitar as consequências de um calote”, disse ao Estado o economista Orlando Ochoa. “Mas o problema é que as reservas estão muito baixas e com um alto componente de ouro. Há dúvidas sobre se o volume que resta é suficiente. Grande parte do que restava já foi usado para saldar a dívida e compensar a queda de receita do petróleo.”

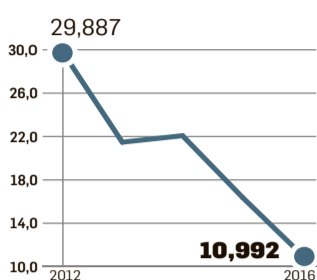
Ao substituir o padrinho político Hugo Chávez, Maduro encontrou as reservas internacionais em um nível baixo, principalmente em virtude do aumento do gasto público durante a campanha presidencial do ano anterior – em 2012, Chávez se reelegera para novo mandato,

RESERVAS ESCASSAS

● Crise leva Venezuela a obter menos dinheiro com a renda do petróleo e esgotar estoque de dólares

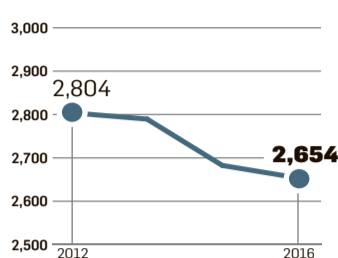
Reservas cambiais

EM BILHÕES DE DÓLARES



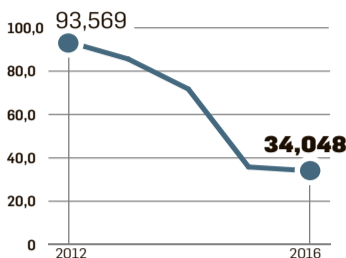
Petróleo Produção

EM MILHÕES DE BARRIS POR DIA



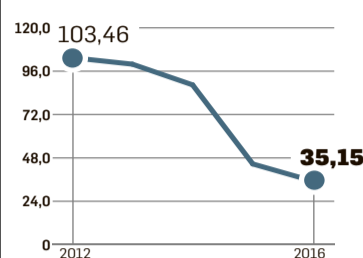
Exportações

EM BILHÕES DE DÓLARES



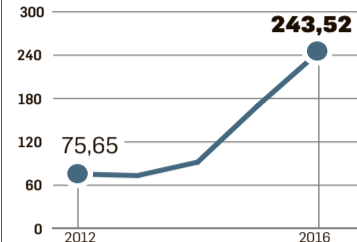
Preço médio do barril

EM DÓLARES



Tamanho da dívida externa / renda anual

EM PORCENTAGEM



Posse. Refinaria Citgo, nos EUA; empresa doou a Trump

mas morreu em março do ano seguinte, pouco após a posse. Já naquela época, a produtividade da PDVSA vinha caindo.

A alternativa adotada pelo chavismo para financiar o déficit fiscal foi selar acordos de empréstimo com a China cuja garantia era dada em barris de petróleo. Paralelamente aos empréstimos, o governo decidiu restringir o acesso da iniciativa privada aos dólares da caixa.

Esse modelo tornou-se insustentável a partir da queda do preço do petróleo no mercado internacional, em meados de 2014. A partir de 2015, a China passou a negar novos empréstimos em troca de petróleo ao governo venezuelano. Maduro optou por apertar ainda mais a restrição ao setor privado.

Segundo a consultoria Ecoanalítica, entre 2014 e 2016, a venda de dólares ao setor privado

na Venezuela caiu em 86,5%, de US\$ 126,8 milhões para US\$ 18,4 milhões. Estima-se que 30% da produção de alimentos no setor privado do país seja financiada no mercado paralelo.

Abismo. A dívida, enquanto isso, passou a corroer as reservas e a receita do petróleo. No ano passado, o que a Venezuela pagou aos credores internacionais equivalia a um terço do total de receitas obtidas com petróleo no ano, e 86% de suas reservas internacionais. O total da dívida, que termina de vencer em 2028, equivalia, em 2012, a 75% da renda do petróleo. Hoje, esse valor é de 243%.

Além da perda de receita com o valor do petróleo – os dólares obtidos com a venda da commodity caíram de US\$ 93,5 bi em 2012 para US\$ 34 bi em 2016 – a PDVSA está produzindo menos. A consultoria Torino Capital diz que a empresa vende 29% menos petróleo em relação a quando Chávez chegou ao poder, em 1999. Dados da Opep mostram uma queda de 5,3% na produção diária de barris no país de desde 2012.

Os números formam a trajetória de queda. A Venezuela pro-

duz menos petróleo, recebe menos do que recebia cinco anos atrás por ele e tem compromissos cada vez mais pesados a saldar, com uma baixa significativa no seu fluxo de caixa.

“Não se pode prever a data exata do calote”, diz Sarah Glendon, do Gramercy Funds Management. “Mas em vez de debater em que ano isso ocorrerá, o mercado já está discutindo em qual mês.”

“Com as reservas diminuindo e as opções cada vez mais limitadas para aumentar o fluxo de caixa, investidores estão cada vez mais céticos sobre o futuro da dívida venezuelana”, diz um artigo publicado pela agência Bloomberg.

Desde o fim de 2016, a Venezuela tenta trocar de financia-

● Previsão

“Não se pode prever a data exata do calote. Mas em vez de debater em que ano isso ocorrerá, o mercado já está discutindo em qual mês”

Sarah Glendon

ANALISTA DO GRAMERCY FUNDS MANAGEMENT

dor. No lugar da China, a Rússia de Vladimir Putin. O primeiro acordo envolveu um empréstimo que tinha como garantia 49,9% das ações da refinaria Citgo, nos Estados Unidos – uma subsidiária e um dos ativos mais valiosos da PDVSA no mercado internacional. Como o valor não foi saldado, a petroleira russa Rosneft tornou-se sócia minoritária da operação da PDVSA na refinaria.

Em março, a decisão do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) que anulou as competências da Assembleia Nacional – e desatou a atual onda de protestos em todo país – tinha como objetivo liberar a participação de estatais russas em negócios da PDVSA. O tribunal restituiu em parte os poderes da AN, mas não retirou a autorização para as parcerias.

A Citgo contribuiu em janeiro com uma doação de US\$ 500 mil para a cerimônia de posse do presidente Donald Trump. Depois da divulgação da doação, o deputado Jeff Duncan, do subcomitê de Relações Hemisféricas da Câmara, pediu ao Departamento do Tesouro que investigasse os elos entre a Rosneft e a PDVSA.

Latino e americano

PORTO RICO REVÊ IDENTIDADE COM TRUMP NO PODER

Endividado, território realizará plebiscito em junho para decidir sobre independência

Cláudia Trevisan
ENVIADA ESPECIAL
SAN JUAN, PORTO RICO

Porto Rico parou em 13 de agosto quando a tenista Monica Puig ganhou no Rio de Janeiro a primeira medalha de ouro em uma Olimpíada da história do território. Curiosamente, uma parcela de porto-riquenhos que desejam a incorporação completa como um Estado lamentou a vitória esportiva, que alimentou o movimento independentista.

A identidade de Porto Rico estará mais uma vez em discussão em 11 de junho, quando a ilha realiza plebiscito sobre sua relação com os EUA, o quinto e mais controverso dos últimos 50 anos. A consulta ocorrerá no momento em que o território enfrenta uma das maiores crises econômicas de sua história, que le-

vou ao default de sua dívida e evidenciou sua submissão a Washington. Desde meados do ano passado, a ilha está submetida aos ditames de sete integrantes de uma Junta de Controle Fiscal. Nomeados pelo ex-presidente Barack Obama, eles têm mais poder sobre questões orçamentárias do que o governador Ricardo Rosselló, eleito em novembro com uma plataforma de defesa da transformação de Porto Rico no 51.º Estado americano.

“Neste momento, no século 21, Porto Rico está sendo governado como era no século 19, quando os americanos chegaram”, afirmou Rafael Cox Alomar, que em 2012 perdeu por uma diferença de 1% a eleição para representante de Porto Rico na Câmara dos Deputados – o território tem uma cadeira na Casa, sem direito a voto.

A relação com os EUA tornou-se ainda mais complexa com a eleição de Donald



Do contra. Andrea Vélez (sentada no chão) boicotará plebiscito sobre autonomia de ilha

Trump, que colocou os ataques a imigrantes hispânicos no centro de sua campanha. Na eleição de novembro, a maioria dos porto-riquenhos que mora em algum dos 50 Estados americanos votou na democrata Hillary Clinton – os habitantes do território não participam das eleições presidenciais.

“Temos a cidadania, mas não somos americanos. Somos porto-riquenhos”, disse Abner Correa Melendez, de 25 anos,

que é contra a incorporação como Estado americano. “Se fôssemos Estado, não poderíamos ter ido à Olimpíada”, ressaltou Correa.

Na situação atual, Porto Rico não tem poderes para decidir questões econômicas fundamentais, como tarifas impostas a produtos importados. Com o processo de abertura dos EUA a partir dos anos 80 e a realização de acordos comerciais, a ilha sofreu um processo de desindus-

trialização, com contração econômica que já dura uma década. Nos últimos dez anos, o número de habitantes encolheu de 3,8 milhões para 3,4 milhões.

A consulta de 11 de junho foi convocada pela Lei para a Descolonização Imediata de Porto Rico, sancionada por Rosselló em fevereiro, e enfrenta resistência dos partidos de oposição e de parte da sociedade, que prometem boicotar a votação.

“O plebiscito não obriga o

Congresso dos Estados Unidos a fazer nada. Vamos votar, mas o resultado não terá efeito real”, ressaltou Cox Alomar, professor de Direito Constitucional na Universidade do Distrito de Columbia, em Washington.

Há 11 dias, o governo local declarou que não tem condições de pagar os vencimentos da dívida de US\$ 74 bilhões com detentores de títulos emitidos nos últimos anos. A ilha recorreu ao Judiciário para suspender os desembolsos e buscar redução do débito. Além dos títulos, o território tem um passivo de US\$ 49 bilhões com fundos de pensão de funcionários públicos. A dívida total de US\$ 123 bilhões supera os US\$ 100 bilhões que levaram a Argentina à moratória em 2001.

A estudante de pedagogia especial Andrea Vélez não participará do plebiscito. “O governo disse que economizará US\$ 7 milhões com o fechamento de 179 escolas públicas e quer gastar US\$ 8 milhões em um plebiscito que não levará a lugar nenhum.”



NA WEB
Leia mais. Ponto turístico convive com explosivos

estadao.com.br/Vieques

STATUS DO TERRITÓRIO ESTÁ EM XEQUE

SAN JUAN, PORTO RICO

Os defensores da transformação de Porto Rico no 51.º Estado dos EUA apresentam a garantia de cidadania americana como um dos principais benefícios da mudança. Neste ano, completam-se 100 anos da concessão da cidadania aos habitan-

tes da ilha, que provocou ao longo de décadas uma migração em massa para o continente. Há mais porto-riquenhos vivendo nos EUA do que no território.

Os que se opõem à mudança sustentam que Porto Rico tem características econômicas, políticas e sociais distintas das do continente e enfrentaria uma série de dificuldades na incorporação.

Eles ressaltam ainda que não há nenhuma possibilidade de Washington aceitar a medida, especialmente no atual cenário, em que a ilha está quebrada e os EUA são governados por Donald Trump, um presidente que centrou sua campanha no ataque a imigrantes latinos.

Esses grupos defendem uma saída intermediária, que seria

possível com o status de Estado livre associado, pelo qual Porto Rico teria mais autonomia, mas manteria laços com o continente. “Os EUA não gostam de serem chamados de colonialistas, mas Porto Rico continua a ser um território com poucos direitos e poderes”, disse o economista Sergio Marxuach, diretor de Políticas Públicas do Centro pa-

ra uma Nova Economia.

Carlos Alberty, professor da Universidade de Porto Rico, faz parte da minoria que defende a independência. Essa opção teve 5,5% dos votos no plebiscito de 2012. Ele critica a falta de autonomia e as distorções provocadas por lei aprovadas em Washington, como a que exige que todo o comércio internacional de Porto Rico seja feito em navios registrados nos Estados Unidos, que possuem um dos mais elevados fre-

tes do mundo.

Com uma renda média anual de US\$ 18,6 mil, 46% da população da ilha vive abaixo da linha da pobreza de US\$ 12 mil fixada pelos EUA, onde a renda média anual é de US\$ 56 mil. A adoção dos padrões americanos na ilha levou a uma elevada dependência de programas sociais, que reduziu a participação na força de trabalho e estimulou a informalidade. /c.t.